

## ORÇAMENTO PÚBLICO

13/06/2016

O cidadão que, minimamente, acompanha o noticiário político do Brasil fica impressionado com o descaso generalizado das autoridades com um dos mais importantes, senão o mais importante documento de gestão: o orçamento público.

Virou lugar comum comparar a gestão do orçamento público ao do orçamento doméstico. Descontadas as magnitudes e o grau de complexidade, a lógica orçamentária pública, privada ou doméstica lida com as seguintes categorias financeiras comuns: receita, despesa, equilíbrio, déficit ou superávit, poupança/investimento e endividamento dentro da capacidade do tomador.

O zelo ao cuidar do orçamento público é de tal ordem que o assunto é tratado no TÍTULO VI – DA TIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO da Constituição Federal em dispositivos que regulam o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, estabelecendo conteúdos, conceitos, ritos, vinculações, limites e vedações. Importante acrescentar ao estatuto legal da orçamentação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, lei complementar 101 de 4 de maio de 2000 que se fundamenta em três princípios básicos: limitação do gasto público, atribuição de responsabilidade aos gestores e a transparência.

Como se pode observar o orçamento é, simultaneamente, um instrumento de planejamento e gestão financeira na medida em que quantifica as prioridades políticas a serem financiadas com a arrecadação de tributos e, de outra parte, é um mecanismo submetido a princípios de proteção aos direitos individuais, consagrados, também, no texto constitucional.

A propósito, a proteção à cidadania está na raiz histórica do orçamento público que é a Carta Magna de inglesa de 15 de junho de 1215.

Diante da fundamental importância, o gestor público deve obedecer aos princípios universais do equilíbrio orçamentário, tributando mais os de maior capacidade contributiva e gastando bem e eficazmente em favor do interesse público.

## **TV ALEPE: INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA**

19/04/2016

O cenário de crise política nacional, que culminou com a sessão de admissibilidade do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), no último domingo (17), na Câmara Federal, trouxe à tona a política como centro nevrálgico do debate das ruas, estimulado especialmente por um canal de comunicação fundamental ao processo de exercício da nossa cidadania: a TV Câmara.

Nos últimos 20 anos, parte importante da história política do Brasil foi transmitida ao vivo pelas televisões legislativas. Atualmente, essas TVs estão em sinal aberto para mais de 50 milhões de brasileiros por meio da Rede Legislativa, surgida em 2009, com o objetivo de universalizar a cobertura do sinal das televisões e rádios legislativas em todo o Brasil. São 18 capitais brasileiras e várias câmaras municipais, inclusive no interior do País, que fazem parte da Rede de TV Digital.

Em Pernambuco, a Assembleia Legislativa criou em 2002 a TV Alepe e passou a produzir programas de notícias e debates em parceria com a TV Universitária e a transmitir as reuniões plenárias ao vivo. Em 2008, a parceria foi estabelecida com a TV Nova. Desde agosto do ano passado, contudo, esse contrato foi encerrado e não há mais conteúdo da TV Alepe no ar.

Ano passado, nós deputados aprovamos o orçamento da Assembleia para 2016, dando prioridade ao projeto da TV Alepe. A previsão é de um orçamento de R\$ 6,8 milhões para instalar a emissora que tem uma grade de programação que inclui cobertura ao vivo de Plenário, Comissões, realização de debates, entrevistas. O valor corresponde a 1,45% dos recursos previstos para o Legislativo este ano.

Mas, a execução do orçamento depende de decisão política da Mesa Diretora da Alepe. Levando-se em conta o atraso no cronograma, que definia várias ações para os meses de dezembro a maio para a implantação do canal próprio, é possível que a TV Alepe não vá ao ar em 2016 e isso

represente mais um adiamento no projeto de transparência da Assembleia de Pernambuco.

No momento em que o Poder Legislativo, em todas as instâncias, amarga baixos índices de credibilidade, tirar do papel a TV Alepe - trata-se de um imperativo democrático - é indispensável para que a instituição obedeça ao princípio constitucional da publicidade. Somos representantes da população pernambucana que, por direito, deve nos acompanhar e fiscalizar onde quer que esteja. A urgência dessa pauta é reflexo, portanto, de sua importância à democracia e à cidadania.

## **CENTENÁRIO SEM APLAUSO**

19/08/2015

Artistas, produtores e o público recordam a passagem dos 100 anos do Teatro do Parque, neste mês de agosto, com tristeza e indignação. Um dos espaços cênicos mais importantes de Pernambuco está fechado para reformas há muito tempo, desde 2010, deixando a cultura estadual mais pobre. As obras estão paradas por falta de pagamento da Prefeitura do Recife, que havia prometido devolver o teatro à população no final deste ano. Com o atraso, o cronograma deve ser estendido para o ano que vem, ou pior ainda, ficar para a próxima gestão, já que 2016 será ano de eleições municipais no País.

Venho acompanhando de perto a situação do Teatro do Parque, equipamento cultural dos mais queridos e utilizados na capital pernambucana. Segundo o Portal da Transparência, até o início do mês do centenário do Parque a Prefeitura do Recife havia liberado menos de 5% do valor total orçado para a reforma, de R\$ 8,2 milhões. O último pagamento tinha sido feito em abril. Sem receber os recursos, obviamente, a construtora foi obrigada a paralisar os serviços. A falta de condições do poder público para cumprir com a palavra é digna de lamento, especialmente num ano que deveria ser de festa, marcada pela arte no palco, aplausos na plateia e belas recordações.

No início do mês, preocupada com a situação de abandono às vésperas de data tão importante para a cena artística estadual, visitei o Teatro do Parque. Além do vigilante, havia apenas detritos espalhados, e ninguém trabalhando. O abandono da obra é o presente da Prefeitura para o povo do Recife no centenário do teatro. A constatação é dura e nos remete

à reflexão sobre as prioridades da administração pública em relação ao nosso patrimônio cultural – e mais, ao próprio fazer artístico, prejudicado com a interdição de um palco tradicional e nobre, localizado em pleno coração recifense.

Em novembro de 2013, ainda como vereadora, apresentei proposta para a transferência de R\$ 8 milhões da Fundação de Cultura, relativos a despesas com eventos previstos para 2014, para a requalificação do Teatro do Parque. A percepção das dificuldades do Município em arcar com essas despesas já era evidente, e se comprova agora, com a falta de pagamento à empresa contratada para realizar os serviços. Infelizmente, o centenário do teatro não foi tratado como um evento prioritário, deixando o calendário cultural da capital com um grande vazio neste mês de agosto. Se as obras estivessem pelo menos no prazo, a população teria esperança de ver o equipamento reaberto ainda em 2015, a tempo de alguma celebração. Mas não é o que vai acontecer. Ao invés disso, o silêncio nas dependências do teatro será a lembrança do descaso que permanece há cinco anos nos bastidores de políticas culturais descomprometidas com as expectativas da classe teatral e as demandas do público que sempre prestigiou o Teatro do Parque.

Há mais de um ano, falei na tribuna da Câmara do Recife a respeito da redistribuição temerária de recursos, promovida pela Prefeitura, penalizando a restauração e preservação de bens culturais. Para se ter uma ideia, a destinação para festas e shows, em 2014, no orçamento municipal, era de mais de R\$ 50 milhões. Foi desse montante que propus que fossem transferidos os recursos necessários para as obras no Teatro do Parque. A emenda foi rejeitada, por orientação do Executivo municipal à bancada governista. Achando pouco o valor para os eventos, a Prefeitura tirou quase R\$ 6 milhões do que seria destinado a restauro e preservação, para a realização de shows, deixando somente cerca de R\$ 3 milhões para as obras nos bens culturais. A meu ver, uma inversão de prioridades que privilegiou e insiste em privilegiar, como o atraso no Teatro do Parque confirma, a diversão e o marketing em detrimento do patrimônio artístico e cultural da cidade.

O centenário sem aplauso do Teatro do Parque é o aniversário de um equívoco prolongado que atravessa gestões de diferentes partidos no Recife. Um erro consagrado pela continuidade da visão distorcida de política cultural, que desvaloriza a produção artística local, desrespeita o cidadão e envergonha a nossa história.

## BICENTENÁRIO DE 1817

08/05/2015

O rubro veio do nosso hino recorda o sangue de heróis cuja disposição de luta pelos ideais da liberdade permanece marcada na alma pernambucana. Uma disposição libertária que, em seu pioneirismo, e por sua dimensão, se inscreve com destaque na história do Brasil. E não pode ser esquecida – pelo contrário, precisa ser estudada e compreendida pelas novas gerações, para que o exemplo seja redescoberto. E assegurando ao “juízo da posteridade”, na expressão de Domingos Teotônio Jorge diante do cadafalso, o exame merecido, aprofundado pelo tempo.

O olhar lançado pela instituição do 6 de março como Data Magna estadual, a partir de proposição da deputada Terezinha Nunes, em 2007, deve ser ampliado em virtude da aproximação do bicentenário da Revolução, no ano de 2017. Com tal propósito, foi aprovado na Assembleia Legislativa o projeto de lei, de minha autoria, criando o Ano Estadual da Revolução de 1817, inserido no calendário oficial de eventos de Pernambuco.

De inegável valor histórico para o Estado e para o Nordeste, a Revolução de 1817, no entanto, precisa ser percebida como evento fundador para a nação brasileira, que se descolava, ali, da identidade portuguesa. De acordo com Gonçalo de Barros Carvalho de Mello Mourão, “1817 criou o Brasil em nível internacional como entidade independente”. Para o autor do livro “A Revolução de 1817 e a História do Brasil – um estudo de história diplomática” (Fundação Alexandre de Gusmão, 2009), a Revolução pernambucana não apenas faz surgir o Brasil, como também a nossa história diplomática, “entendida tanto como a presença externa do Brasil não mais como colônia ou reino, português, unido, quanto como a configuração internacional desta nova imagem”.

O nativismo dos habitantes destas terras – já conhecido nos episódios da Insurreição Pernambucana contra os holandeses, no meio do século 17, e da Guerra dos Mascates, no início do século 18 – desaguou no século 19 sob a forma de consistente emancipacionismo. Um sentimento cristalizado por diversas causas, entre as quais, a extorsão tributária que tirava, por meio de pesados impostos, os recursos da produção de açúcar e algodão para a Coroa iluminar as ruas do Rio de Janeiro. A crise econômica em virtude da seca também pode ser indicada como um dos fatores que detonaram a revolta, assim como o ideal abolicionista e a influência

iluminista, notadamente em comunidades religiosas – que valeu a denominação de Revolução dos Padres para o movimento de 1817.

A autonomia política de uma província republicana era a meta da revolução que eclodiu no dia 6 de março, há quase 200 anos. O separatismo não figurava no seu ideário. A representação de diferentes setores da sociedade da época estava presente no governo provisório formado por um eclesiástico, um militar, um magistrado e um comerciante. Apesar da estratégia de angariar apoio do exterior, os revoltosos sucumbiram à maior força da Coroa, e muitos foram condenados à morte. Um dos que escapou vivo foi Frei Caneca, que escreveria mais tarde uma das mais famosas páginas de nossa história – a Confederação do Equador.

Para ratificar na consciência pernambucana do século 21 o reconhecimento ao esforço dos mártires, de sacrifícios que não foram vãos, o Ano Estadual da Revolução de 1817 há de ser visto como uma oportunidade única para estender o debate sobre o movimento e disseminar a sua importância para o País.

## AS LUZES QUE APAGAM

10/12/2013

No Império Romano, os mandatários dos tempos entre o antes e o depois de Cristo conquistavam o apoio popular por meio da distribuição de cereais à base de trigo e da frequente realização de eventos com o objetivo de distrair a população. Era o tempo da construção de grandes arenas, promoção de suntuosos espetáculos, da famosa política do *panem et circenses* (pão e circo). Com os cofres públicos abarrotados e o desejo da conquista fácil e rápida em busca da aprovação aos seus atos, os governos, a qualquer sinal de crise, lançavam mão de artifícios assim. Estava mantida a ordem “e la nave va”...

Corta: Recife, 2013. A Prefeitura, por meio da Fundação de Cultura Cidade do Recife, contrata a decoração natalina da cidade (elementos decorativos e iluminação) pela bagatela de R\$ 5,8 milhões, a mais cara da nossa história. No período de um mês, a municipalidade gastará, diariamente, algo em torno de R\$ 187 mil para maquiagem, à Noé, restritos recantos da capital pernambucana. O valor inclui até uma árvore de vinte metros de altura, às margens do Capibaribe (aquele pobre “Cão sem plumas” do poeta João Cabral) por absurdos R\$ 793 mil. O ornamento conta com lâmpadas importadas, gravuras de passarinhos e leques. Muita

luz e cor. Mas por que não correr atrás de patrocínios da iniciativa privada, como ocorre no Rio de Janeiro?

Ainda o Recife. Enquanto montava-se a luxuosa árvore e outros apetrechos natalinos cidade afora, votávamos na Câmara do Recife o projeto da Lei Orçamentária Anual 2014. Por decisão do Executivo e nada mais, quaisquer emendas que alterassem os rumos da peça sugerida pelo prefeito cairia fora. Foi assim com sugestão minha que transferia R\$ 8 milhões da realização de shows e eventos por parte da Fundação de Cultura para a restauração do Teatro do Parque, joia arquitetônica e cultural da nossa cidade prestes a completar seu centenário, em 2015.

Na peça orçamentária aprovada, dos quase R\$ 79 milhões previstos para a Fundação de Cultura no ano que vem, R\$ 52 milhões serão gastos com eventos (shows e decorações) para o Carnaval, São João e Natal, enquanto a política em torno da restauração, preservação e aquisição de bens culturais para equipamentos sob a responsabilidade da Fundação (entre elas o Teatro do Parque) ficou com restritos R\$ 6 milhões. Numa das justificativas para o veto, chegou-se registrar que os recursos para a restauração do Parque poderiam ser fruto de um convênio federal. Se fosse tão simples e fácil captar de Brasília, o Parque não estaria abandonado desde 2010.

O governo inverte as prioridades. Trata o supérfluo como política de estado e o inverso, o prioritário, como necessidade de terceira ordem. Entre o tempo do “pão e circo” e a atualidade dos panetones, shows e decorações milionárias, há diferenças: redes sociais, participação, democracia, opinião pública vigilante. Ainda assim, no abrir das cortinas de 2014, tudo estará como antes. O Teatro do Parque de portas fechadas e os impostos pagos por cada um de nós mais uma vez rarefeitos no lúdico das luzes do Natal que se foi.

## **EU GOSTARIA DE TER ERRADO**

21/10/2013

O pau que nasce torto... Não tem jeito. O pior é quando o pau cai na cabeça do mais fraco: o contribuinte que paga pelas promessas mentirosas e obras que custam os olhos da suspeição. Estou me referindo ao Parque Dona Lindu. A matéria de primeira página da edição de hoje do JC diz: “Com menos de cinco anos, parque que custou 34 milhões já está abandonado”. Na página 4 do Caderno Cidades, as três palavras da manchete dizem tudo: “DONA LINDU ABANDONADO”.

Como neste país as pessoas, para cada 15 anos, esquecem os 15 anos passados, prazo que tem encurtado muito, tenho, por dever, como vereadora do Recife cumprir com fidelidade meus compromissos assumidos com a cidade e com a confiança dos eleitores. E neste sentido, vou relatar o histórico de minha posição em relação à construção do Parque Dona Lindu. Primeiro, questionei a natureza da obra. A cessão daquele terreno pela Aeronáutica era para ser utilizado como uma área verde. Isto é público e notório.

Segundo, cheguei a fazer uma enquete pública de modo que a obra de Niemeyer fosse construída em outro espaço. Ouvidos moucos. A tirania da maioria obedeceu ao delírio sultânico e foi construído um “TAJ MAHAL” brega. Terceiro, questionei de todas as formas os valores da obra que saltaram de 18 para trinta e quatro milhões. Quarto, alertei para “três” inaugurações demagógicas e, em panfleto distribuído no local, previ, diante do descaso da gestão petista – marcada pela precária manutenção de ruas e equipamentos públicos -, o Dona Lindu, envergonhado, ouviria do Geraldão: “EU SOU VOCÊ AMANHÃ”.

O Dona Lindu é uma vergonha. Reflete uma cidade jogada ao abandono. Que deixou de ser objeto do amor e da responsabilidade dos gestores para ser uma espécie de triste troféu das mais abomináveis arengas políticas. Resultado: obras inacabadas, inaugurações fajutas, cidade parada dentro de uma cratera, licitações suspeitas, praças, escolas e postos de saúde em situação precária, e a “presepada” da Via Mangue, enfim, a gente não consegue ver a cidade dentro da cidade que está presente nos nossos sonhos.

É por essas e outras que exerço na plenitude e permanente vigilância a oposição à gestão municipal; é por essas e outras que a voz oposição não pode, para o bem da democracia, ser abafada pelos esbirros dos poderosos de plantão. Lamentavelmente, a maresia e os cupins da má gestão não perdoam sequer a memória da respeitável personagem Dona Lindu. Do fundo do coração, eu gostaria de ter errado.



## A GOTA D'ÁGUA

20/06/2013

O que está acontecendo no Brasil? Que leitura pode ser feita das manifestações? Quais foram os fios desencapados que provocaram estes movimentos de rua?

A primeira descarga foi a ação vandálica e selvagem de grupos estimulados pela ONG Passe Livre coibida violentamente pela polícia paulista. Ação e reação lamentáveis em torno de uma pauta reivindicatória clara: tarifa zero.

Depois, os movimentos se alastraram pelo País inteiro, mobilizando até brasileiros em outros países, com ou sem pauta; com ou sem palavra de ordem; com atitude pacífica que foi se tornando acirrada e violenta e o que era mobilização reivindicatória passou a ser, em alguns momentos, contaminada por minorias agressivas.

As imagens traduzem a natureza multifacetada das manifestações. No entanto, o grande desafio para os analistas é fazer a leitura das causas; dos possíveis desdobramentos e a interpretação política e sociológica dos acontecimentos.

Um primeiro exercício de leitura tende buscar explicações na insatisfação generalizada do cidadão brasileiro, insatisfação difusa e represada que, como fios desencapados, de repente, explodem em curto-circuito. Ou esborram por conta de uma gota d'água.

Com efeito, a insatisfação difusa atinge a todos de forma diferente. Se de um lado, o preço do transporte público atinge o bolso dos mais pobres, o caos da mobilidade urbana nas principais cidades brasileiras prejudica a qualidade de vida dos habitantes e causa sérios problemas para a produtividade da economia do País.

No entanto, o que se observa no interior das manifestações é que os participantes revelam um sólido espírito crítico à baixa qualidade dos serviços públicos; clamam por ética na política; e levantam as vozes em favor da qualidade dos gastos públicos.

E neste ponto, a força simbólica do Brasil dos gastos perdulários com as obras dos estádios para a Copa das Confederações e Copa do Mundo

contrasta com as carências do mundo real, especialmente, com a tragédia da saúde e da educação brasileiras.

Finalmente, merece destaque o fato de que os movimentos de rua ocorrem ao largo dos partidos políticos, organizações sindicais e ONGs notoriamente abastecidas pelo dinheiro público. Desta vez, não foram as grandes bandeiras políticas, as grandes causas institucionais ou utopias revolucionárias que tomaram conta das ruas. Desta vez, a sociedade brasileira clama por uma vida melhor; por um cotidiano que não se transforme num pesado fardo para cada cidadão; e para alcançar este modesto sonho, que o governo gaste bem e decentemente o dinheiro dos impostos.

## **O PESADELO FISCAL E O ITBI**

20/05/2013

Pesadelo é um sonho ruim, opressivo, angustiante. Em sentido figurado, é usado para expressar situação desagradável, aflitiva. No primeiro caso, despertar resolve o problema; no segundo caso, não.

A propósito, o cidadão brasileiro convive com um pesadelo todos os dias e do berço ao túmulo: o pesadelo fiscal. Este pesadelo tem medidas e formas.

Em 2012, a carga tributária chegou a uma marca inédita: 36,7% do PIB o que significa a transferência de mais de trinta de seis para cada cem reais das empresas e das pessoas para o governo o que prejudica a competitividade da economia brasileira. Isto sem entrar no argumento no retorno mínimo de benefícios devidos ao contribuinte.

Com efeito, são mais de 80 tributos enredados numa teia de trinta normas editadas a cada dia o que contraria todos os princípios de um sistema tributário aceitável.

Apesar do quadro de asfixia tributária, o cidadão recifense foi surpreendido com o envio de projeto de lei do executivo municipal aumentando em 50% (de 2 para 3%) a alíquota do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis no bojo do falacioso argumento de que se tratava de projeto de modernização tributária e de vantagem para o contribuinte que pagasse o imposto incidente, antecipadamente, operação sobre a qual incidiria a alíquota de .....

A surpresa a que me refiro está comprovada pelo desconhecimento do projeto por parte dos vereadores da base do governo que dele ficaram sabendo, quando, no pequeno expediente de terça-feira, dia..... ocupei o pequeno expediente da Câmara, ocasião em critiquei forma conteúdo do referido projeto.

A partir de então, vale destacar as iniciativas do Poder Executivo no intuito consertar o equívoco original e irreparável que é o efetivo aumento de impostos com argumentos e modificações, tudo com o propósito de, defendendo o indefensável, convencer o contribuinte sobre as “vantagens” do projeto.

Eis a sequência: 1. o projeto original estabelecia.....(aqui é fundamental mencionar a retirada do projeto e a emenda enviada pelo Executivo); 2. o projeto, em momento algum, foi objeto uma discussão ou, ao menos, uma consulta prévia às lideranças políticas e ao órgão representativos do setor da construção civil (mencionar a ida à comissão de finanças, Sinduscon e Ademi); 3. na tentativa de remediar o aumento do imposto que o objetivo central do projeto, foram apresentada as seguintes modificações (explicitar as propostas).

Ora, qualquer iniciado em gestão fiscal sabe que não se incrementa arrecadação com o simplismo do aumento de alíquota (pode gerar distorções tais que diminuem a arrecadação).

De outra parte, se a proposta é modernizar a gestão, retirar o contribuinte da informalidade ainda que relativamente protegido instrumento contrato de compra e venda, haverá o desejado aumento de receita sem que haja necessidade do aumento de arrecadação. E mais: não aumenta o custo de transação dos negócios imobiliários que, hoje, sofre com a retração da atividade, segundo demonstra a queda do IVV (Índice de Velocidade de Vendas).

Por fim, cabe salientar que toda cadeia produtiva da construção civil, da areia aos produtos de acabamento, tem seus custos agravados que se reflete no preço do produto final (unidade habitacional ou unidade comercial) razão pela qual apresentei emenda.

Em tempo, o incentivo à antecipação de imposto cria uma figura curiosa e até então desconhecida: o contribuinte “mau pagador” que é penalizado com uma alíquota maior (3%) mesmo recolhendo o tributo a

partir da efetiva ocorrência do fato gerador (transmissão da propriedade), obedecidas todas as prescrições legais.

## **BOA SORTE, RECIFE!**

28/12/2012

A expectativa em torno da nova gestão municipal, depois de mais de uma década de acúmulo de omissões que deixou a cidade em situação de descalabro, não diminui o papel da oposição na Câmara de Vereadores. Pelo contrário. Só faz crescer a importância de uma oposição vigilante, cuja tarefa cotidiana é zelar pelos interesses da população, apontando de maneira construtiva os melhores caminhos para o alcance de uma melhor qualidade de vida – qualidade de vida castigada e reduzida pelas administrações petistas.

No balanço desse período de lástima, fiz questão de buscar, no meio do caos da herança do PT, sugestões concretas de intervenção para o prefeito Geraldo Júlio. Na sessão de encerramento da legislatura, em dezembro, listei nada menos que 28 graves pendências deixadas por João da Costa para Geraldo. Entre elas, o caos na educação, a coleta de lixo milionária e insuficiente, a obra faraônica e inconclusa da Via Mangue, sem falar em habitação, saneamento, mobilidade, e os canais imundos e entupidos. No conjunto de demandas se desenham propostas que visam contribuir para uma compreensão ampla dos males que afligem o povo do Recife (o documento completo está disponível no blog). Os problemas em praticamente todas as áreas da gestão pública sinalizam a urgência do que não pode ser adiado, sob pena de uma degradação ainda maior do espaço urbano, que já contamina o resto da Região Metropolitana.

O afã de colher frutos antes de jogar a semente, no entanto, não pode deixar de ser mencionado como primeiro tropeço da gestão que chega. Ainda com a assinatura de João da Costa, a Câmara foi convocada em caráter extraordinário, entre o Natal e o final do ano, para apreciar um pequeno pacote de medidas consideradas fundamentais para o início da mudança – e começou mal. Explico por que.

Os projetos formulados e encaminhados pela equipe de transição continham, de fato, o vício da pressa. O apelo de imediata modernização a que se referiam idealmente estava longe de significar o que queria

representar. A reforma administrativa, em que pese a simbólica iniciativa de corte de cargos comissionados e uma economia divulgada de cerca de R\$ 1 milhão para os cofres públicos, precisa ser muito bem explicada, especialmente no âmbito orçamentário. Além disso, faltou especificar quais atribuições e quais os objetivos de cada uma das 22 secretarias municipais, sem o que qualquer propalada reforma não passaria de um esboço, algo evidentemente inadmissível para uma gestão a poucos dias de nascimento.

A contratação temporária de pessoal antes da realização de concurso público foi outro ponto em que a informação não apareceu, e logo num detalhe crucial: a remuneração. Mas o projeto de maior impacto é mesmo o que trata da permissão para a formação de parcerias público-privadas. Do modo como foi concebido e enviado à Câmara, para aprovação quase instantânea, não poderia ficar isento de críticas e da sensação incômoda de que o prefeito espera dos vereadores um cheque em branco. Cada PPP tem que ser vista como uma opção de melhoria da prestação de serviços, analisada caso a caso, sem restar na imaginação a menor dúvida sobre o seu processo e cabimento. Para não pairarem sombras, depois, de mera privatização ou terceirização de um dever da municipalidade.

A oposição cumpriu e continuará a cumprir o seu papel em 2013, em que muito se aguarda do Executivo municipal após danosa hibernação. O Recife merece melhor sorte, e o cidadão terá, nas vozes da oposição, a cobrança das promessas feitas, a seu tempo – que é o tempo de necessidades que solicitam urgência, mas não atropelo.

## **EM VEZ DE INAUGURAÇÃO, ORDEM DE SERVIÇO**

23/03/2012

O último semestre de um governo antes da eleição é, de praxe, marcado por uma movimentação administrativa típica: chega a hora de os gestores colherem os frutos semeados nos três anos anteriores e, daí, ações e obras aparecem em cada esquina. Algumas delas improvisadas sim, nem tão bem acabadas, mas estão lá: no caso de municípios, novas escolas, novos postos de saúde, creches, parques e espaços públicos, por exemplo. No Recife do Partido dos Trabalhadores, no entanto, a terceira administração João se aproxima do quadragésimo mês mantendo sua lógica de incompetência, da ausência de resultados. Invertendo a ordem natural dos fatores, o prefeito vai fechando as cortinas de sua gestão com pouco de

concreto a mostrar. No nono andar do Palácio Antonio Farias, a febre é assinar ordem de serviço. Inaugurações? Ficam para o próximo prefeito.

Sem obras de porte para cortar a fita, o João da Costa "gerente" e "conhecedor da cidade" - como clamavam João Paulo, Humberto Costa e Mauricio Rands na campanha de 2008 (tudo registrado na nossa memória postíça, o Youtube) - segue firme na agenda artificial de apresentar projetos, lançar propostas e assinar papéis que, quem sabe, se tornarão ação concreta no futuro. Só na semana que passou, registraram-se eventos que deixam claro a artificialidade da agenda positiva imposta pela dispendiosa gestão de Comunicação municipal: "Anúncio de proposta para implantação de edifícios garagem", na quarta, "Assinatura de Ordem de Serviço para construção de 3 CMEI's e reforma de 9 escolas municipais", na quinta, e "Anúncio da Apresentação de projeto da ponte da semiperimetral do Capibaribe Melhor", hoje, sexta-feira. Sem falar na "Ordem de Serviço para elaboração do projeto do Parque do Jiquiá", prometido desde 2005, e o "Anúncio da recuperação de 100 praças", os grandes eventos da semana anterior, por fim.

Um governo que convoca a imprensa para anunciar investimento de R\$ 2 milhões (menos de um terço do que foi gasto na decoração do Natal 2011 e do Carnaval de 2012 pela Fundação de Cultura Cidade do Recife) na recuperação de 111 espaços públicos se esquece que está assinando ali o atestado de que durante três anos relegou a manutenção urbana - ação quase que automática para uma gestão municipal - ao segundo plano. Também não se envergonha dos gastos exorbitantes com a política do pão e circo.

Na fantasia de João e do PT - sim, os novos opositores fizeram e fazem o governo municipal -, fala-se na entrega do Parque de Apipucos (atrasado após um tempo com as obras paradas), na recuperação dos parques do Caiara e de Santana, no "tirar a Via Mangue do papel", na construção de 40 Centros Municipais de Educação Infantil, os CMEI's, duas novas policlínicas, 10 mil vagas de estacionamento garagem, etc, etc. A passos lentos, mais uma vez, são ações importantes que ficarão para o próximo gestor resolver: a era petista na Prefeitura do Recife se aproxima do fim pouco disfarçada pela maquiagem. Restam palavras, assinaturas e só.

## INVASÃO DO SÍTIO TRINDADE

20/08/2009

Este artigo estava pronto há quase um mês. Aguardei que a reunião com a equipe da prefeitura, realizada no dia 9 do mês corrente, chegasse a uma solução sensata.

Qual não foi minha surpresa, quando, durante reunião na Câmara, o secretário de Cultura, Renato L, e sua equipe, ratificaram a disposição de passar por cima da lei. No momento em que o secretário L disse, textualmente, que quem não concordasse com o projeto deveria “entrar na Justiça”, retirei-me da reunião que, de fato, não passava de uma farsa.

A Prefeitura do Recife está pondo deliberadamente em risco um dos maiores patrimônios históricos e culturais da nossa cidade. O prefeito João da Costa e o secretário L querem transformar o Sítio Trindade numa “refinaria multicultural”, desrespeitando lei federal de tombamento e até a lei municipal que designa a área como de preservação rigorosa.

Assim como aconteceu com o Parque Dona Lindu, o Projeto Orla e a Via Mangue, projetos de grande porte que foram anunciados e executados (mais anunciados que executados) sem que a Prefeitura do Recife respeitasse a necessidade de realização de estudos de impactos urbanísticos e ambientais, a refinaria anticultural em Casa Amarela passa por cima da lei e do desejo da população.

Dessa vez, a ameaça é mais grave. Pois afronta a própria formação histórica do povo pernambucano, e traz aos registros arqueológicos dessa formação histórica o risco máximo de destruição. Monumento de nossa resistência diante do invasor, o Sítio Trindade, é o próximo alvo da obsessão da administração petista por projetos mirabolantes.

O referido projeto pretende erguer sobre o Arraial Velho do Bom Jesus uma edificação, no mínimo, inconveniente e despropositada para uma área protegida por lei federal e municipal. Os recursos anunciados, da ordem de R\$ 1,6 milhão, provenientes do Ministério da Cultura, poderiam ser mais bem utilizados na conclusão de outra “refinaria cultural”, lançada e esquecida pelo então prefeito João Paulo, localizada no Parque do Caiara, no Cordeiro. Daquele projeto, aprovado em abril de 2004, só restou a promessa e o esqueleto, que está lá para quem quiser ver.

Além de ser tombado pelo governo federal, o Sítio da Trindade está incluído desde 1980 no Plano de Preservação de Sítios e Monumentos

Históricos do Recife – PPSH. As ruínas do forte que existia no Sítio da Trindade foram encontradas e são estudadas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. No entanto, nem as descobertas arqueológicas valiosas para a nossa História, num lugar em que a resistência ao invasor holandês forjou a miscigenação de raças, nem a existência de leis federais e municipais, demovem a Prefeitura do projeto.

Um parecer do eminente arquiteto e professor José Luiz Mota Menezes, feito através de solicitação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, não sensibilizou a obsessiva intenção do poder público. O pior é que essa intervenção imprópria, numa área de preservação histórica, paisagística e ambiental, determinada por legislação federal recebeu o descuidado aval do Iphan ao projeto.

Ao contrário do que tenta justificar a Prefeitura, o tombamento federal não diz respeito apenas a uma colina, mas sim a todo o espaço que serviu de resistência de portugueses e pernambucanos entre os anos de 1630 e 1635. Ou seja, quase quatro séculos de História, é somente isso que se pretende pôr terra abaixo.

Para evitar mais uma afronta a lei, vou do discurso à ação. Farei uma campanha de mobilização em defesa do Sítio Trindade e a realização de um abaixo-assinado em favor da preservação do monumento e de toda a sua área.

Além disto, submeti à Câmara a aprovação de emenda aditiva à Lei Orgânica, inserindo nas disposições finais artigo que proíbe terminantemente a construção de qualquer edificação nas zonas de preservação rigorosa, fazendo com que o Sítio Trindade e outras áreas tombadas e protegidas se tornem, finalmente, áreas *non aedificandi*. E recorrerei ao poder judiciário na esperança de que se faça justiça aos nossos antepassados e a nós, herdeiros de uma saga heróica.

A nossa História também é a gente que faz. A gestão atual, não satisfeita com os problemas crônicos acumulados nos últimos anos, quer promover nova e anacrônica invasão ao Sítio Trindade – num caso bizarro de ameaça de destruição do patrimônio público, patrocinado pelo Poder Executivo municipal.



## A JAQUEIRA E O BODE

27/10/2009

Seria elogiável, se não fosse estranha, a atitude de defesa do Parque da Jaqueira pelo prefeito João da Costa. São tantas as razões que levam a essa afirmação que enumerá-las seria escrever uma longa folha de malefícios ao meio ambiente. Entretanto, é preciso não esquecer que o prefeito já foi secretário de Meio Ambiente do outro João. E nesse tempo demonstrava um enorme descompromisso com as questões ambientais da cidade do Recife. Senão vejamos: Com relação às Zonas Especiais de Proteção Ambiental, as Zepas, dois exemplos são dramáticos.

A Zepa de Apipucos foi reduzida sem nenhuma justificativa técnica plausível, e a sua redução permitiu a aprovação de projetos de torres nas margens do Açude de Apipucos – anunciados inclusive pelos jornais como um belo negócio imobiliário. A Zepa da Ilha do Zeca, localizada atrás do Sport Clube do Recife, na Ilha do Retiro, também teve a área substancialmente reduzida para lançamento de empreendimentos imobiliários que estão em análise na prefeitura. Sem discussão. Sem apresentação de justificativa técnica. Feita por decreto pelo todo-poderoso prefeito João Paulo, assessorado pelo seu secretário de meio ambiente João da Costa.

A orla de Boa Viagem, que é uma Zepa, teve a intervenção urbana de sua recuperação executada passando por cima da legislação de proteção que exigiria estudos de impacto ambiental. Da mesma forma, o Parque do Caiara foi invadido por uma “refinaria” chamada “multicultural” – que lá está como um esqueleto – sem que nenhum estudo de impacto, nem nenhuma justificativa fosse dada para a redução do parque e a construção daquele monstro.

Assim como se quer fazer no Sítio Trindade, área de preservação rigorosa, histórica e ambiental, onde o prefeito pretende implantar mais uma “refinaria” de esqueleto “multicultural”. Podemos lembrar ainda da Área de Proteção Ambiental (APA) do Engenho Uchoa. Engenho Uchoa defendido há décadas pelo povo do Recife, que agora é objeto de uma proposta de intervenção – que não vai acontecer – para implantação de empreendimento para triagem e reutilização de lixo urbano.

Aliás, nesse aspecto, já houve, no projeto que nasceu morto – o “Recife Energia” – uma proposta para instalar, na área de proteção dos rios

Morno e Beberibe, perto da Macaxeira, uma estação de compostagem e triagem de lixo urbano. A população de lá se lembra disso. O secretário João da Costa, assessor do prefeito João Paulo, foi um dos responsáveis pelas iniciativas que transformaram o Parque Boa Viagem no elefante de concreto branco do Parque Dona Lindu. Mais uma vez passando por cima da população e da legislação ambiental de proteção de áreas de interesse do cidadão.

A Via Mangue, executada na sua primeira fase e inaugurada festivamente, foi feita sem estudo de impacto ambiental, aterrando parte da Bacia do Pina – à luz do dia! Desrespeitando normas ambientais federais, estaduais e municipais. Assim é tratado o meio ambiente por um governo que vem, há quase uma década, demonstrando não só descuido, não só desatenção, mas realizando intervenções danosas e prejudiciais à cidade do Recife e ao seu meio ambiente.

No caso da Jaqueira, esse parque já é do povo. Não será uma trapalhada do PT, dos correligionários do prefeito João da Costa, que vai fazer com que o Parque da Jaqueira perca a sua função urbana. A titularidade desse imóvel, se pudéssemos utilizar o instituto da usucapião, é do povo do Recife, que já tem sua posse mansa e pacífica – e portanto, invendável. Não será com o Parque da Jaqueira que o presidente do INSS – correligionário de João da Costa – vai fazer dinheiro para resolver o problema da Previdência. Isso seria alcançado com uma gestão competente, coisa que eles não sabem fazer.

Seria bom que o súbito interesse em defender a Jaqueira fosse estendido para todas essas áreas citadas, para as ações de planejamento, para o meio ambiente que se deseja pro Recife, para o cuidado com as áreas verdes – que estão hoje todas marrons: os nossos jardins, parques e praças estão marrons, porque se deixou de aguar as áreas verdes, em qualquer lugar do Recife. Aí está a política ambiental da atual gestão municipal: fazer jogo de cena para encobrir a vergonha de não possuir política ambiental. Aliás, em matéria ambiental, o Parque da Jaqueira é o bode na sala, ou melhor, na praça, para depois fazer de conta que salvou o meio ambiente da cidade.

Não nos espantemos se aparecerem alguns *outdoors* de agradecimento...

## DEMOCRACIA E OPOSIÇÃO

13.02.2009

No Parlamento todos são iguais e legítimos perante o voto. Na Câmara de Vereadores, todos são iguais na missão comum de representar o povo do Recife. No entanto, é necessário compreender que, ao lado do que nos identifica e une, existem circunstâncias que nos distinguem e separam.

Essas circunstâncias refletem três fundamentos. Primeiro, a natureza plural da representação popular em cuja base está a política que, conceitualmente, trata da convivência entre os diferentes.

Segundo, a democracia que, na essência, é o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. Terceiro, a dinâmica da competição democrática que divide o campo de atuação entre os que dão suporte e sustentação aos ocasionais detentores do poder e os que a eles se opõem na clássica dicotomia governo versus oposição.

Neste sentido, a ordem democrática de natureza representativa se assenta sobre dois alicerces: o da legitimidade e o da confiança. Ambos se completam. A legitimidade é um atributo jurídico. A confiança é a dimensão moral da legitimidade e lhe confere substância – a preocupação com o bem comum. A legitimidade nasce de veredicto que emana das urnas como eco da soberania popular. Nela não se eterniza, sendo conquista diária que se transforma em relação de confiança, esta sim, duradoura e unificadora do embate político no espaço público do interesse geral.

Se é certo, ensina a experiência histórica, que o uso do poder tende ao abuso do poder, e que a desconfiança com o poder deve ser o primeiro mandamento da consciência do cidadão crítico, é certo, também, que o objetivo fundamental da oposição é ser o intérprete da desconfiança em relação aos poderosos. E, desta forma, assumir a feição de um contrapoder como elemento estruturante e constitutivo do regime democrático.

Exercer a oposição em sua plenitude é contemplar as múltiplas expressões da soberania popular de modo a, de um lado, proteger a cidadania e, de outro, a corrigir os rumos do poder mediante o uso legítimo de mecanismos de pressão e contrapressão para assegurar o equilíbrio entre a confiança e a desconfiança sociais, vetores do funcionamento do sistema democrático. Nestes moldes, a peleja entre governo e oposição deve refletir tendências modernizadoras da política do século 21, tendências que inserem a oposição no novo universo social de controle, a quem cabe vigiar, denunciar e qualificar: vigiar significa estar sempre em estado de alerta,

denunciar de forma responsável e consistente, o que confere força à vigilância, e qualificar, avaliando e testando a eficácia dos governantes. Em síntese, exercer bem a oposição é contribuir, ao lado das organizações sociais, com o conceito moderno de democracia de controle.

Desta forma, proporei aos meus companheiros de bancada o exercício de uma oposição que adote os seguintes conceitos: a oposição é componente da liberdade de expressão, a oposição é expressão do pluralismo político e social, a oposição é modalidade essencial do poder de obstrução e da soberania crítica, a oposição é representação dos interesses da minoria e instrumento de combate ao risco da tirania da maioria, a oposição é mecanismo de limitação ao exercício do poder, mais eficaz do que a pura e simples separação formal dos poderes (porque hoje há uma clara hipertrofia do Executivo, uma erosão da credibilidade do Legislativo e um Judiciário ativo e protagonista que tem ocupado o vácuo e corrigido os desvios dos outros dois poderes), a oposição exerce papel que vai além do poder negativo e cumpre o papel crítico, a oposição exerce papel de contrapoder, indo, portanto, além da denúncia – e deve convencer que tem razão na argumentação, nas propostas, de modo a se mostrar capacitada a assumir o poder, objetivo central da luta política.

Na legislatura que se inicia, a oposição combaterá o bom combate. Usaremos todas as possibilidades e mecanismos inerentes ao exercício da oposição parlamentar. Iremos às ruas para mostrar a cidade que não queremos, a cidade real que contrasta com a cidade virtual, produto criado pela propaganda enganosa do marketing governamental. E não hesitaremos em utilizar os recursos oferecidos pela ordem jurídica vigente toda vez que o Poder Executivo desrespeitar a lei. Vale lembrar que, ao longo dos últimos quatro anos, não foram poucas as vezes que isso ocorreu. Em todos esses casos, em todas essas hipóteses, bateremos às portas dos tribunais. Nesta linha, asseguro que seremos persistentes todo o tempo, resistentes sempre, e rebeldes, quando necessário.

## LEI DA NATUREZA

28/02/2008

Há exatos 10 anos, em fevereiro de 1998, era sancionada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Crimes Ambientais, considerada um marco para a legislação brasileira, ao criar meios viáveis de punir os destruidores do meio ambiente.

Paradigma da biodiversidade no planeta e, ao mesmo tempo, exemplo de como a biodiversidade pode ser ameaçada, o Brasil não possuía, até então, um dispositivo jurídico capaz de combater - sequer no plano legal - as ações criminosas praticadas contra os nossos recursos naturais.

Um de seus grandes atributos enquanto instrumento de aplicação penal está na possibilidade da substituição do castigo pela compensação, permitindo que o infrator recupere, de fato, os efeitos do mal causado.

O que é um avanço para a validação concreta do princípio constitucional que preza o meio ambiente como um bem comum, a ser defendido pelo Estado e usufruído pela atual e pelas futuras gerações. Ao regulamentar a proteção ecológica e visar a sustentabilidade dos ecossistemas existentes, a Lei da Natureza, como foi chamada, diz respeito, objetivamente, à qualidade de vida do cidadão.

Apesar de estar completando apenas uma década, a Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98, instalou no Brasil uma nova mentalidade acerca do tema, ao trazer inovações para a essência do debate. Costumes não mudam da noite para o dia - sobretudo os maus hábitos na relação com a natureza, como temos visto especialmente na Amazônia. No entanto, com o primeiro passo na direção certa, a legislação brasileira ganhou indiscutível reforço para transformar a defesa da natureza em uma luta de toda a sociedade.

Para se ter uma idéia, antes da lei, as empresas não podiam ser criminalmente imputadas, nem tinham liquidação decretada por cometer crimes ambientais, os maus tratos em animais domésticos era apenas contravenção, enquanto matar um animal silvestre era crime inafiançável, também figuravam como meras contravenções o desmatamento ilegal e o comércio de produtos florestais, nem havia a punição definida para quem soltasse balões, que provocam incêndios em florestas e até nas cidades.

Depois da lei, a responsabilidade penal da pessoa jurídica é um fato, que não exime a pessoa física autora ou co-autora do crime, a matança de

animais silvestres continua sendo crime, mas há descriminalização quando o abate se dá por motivo de fome, o que era contravenção passou a ser crime, e aquele que fabrica, vende, transporta ou solta balões está sujeito à prisão e multa.

Aliás, neste quesito, a legislação ganhou força de lei, evitando a contestação judicial de multas fixadas por simples instrumentos normativos. E se a multa máxima por hectare, antes, não passava de R\$ 5 mil, com a nova lei recebeu o teto de R\$ 50 milhões.

O combate à epidemia da corrupção também foi contemplada pela lei de dez anos atrás. A partir dela, os funcionários de órgãos ambientais flagrados na mentira, omissão ou sonegação de informações em procedimentos de autorização ou licença ambiental são passíveis de pegar até 3 anos de cadeia. Antes de 1998, sua conduta não era alvo de punição, o que deixava os órgãos fiscalizadores muito mais vulneráveis.

O saque aos recursos naturais, enquadrado como biopirataria, foi incluído no rol de crimes ambientais, o que antes nem se mencionava.

Todas essas (e outras) modificações foram reunidas na Lei nº 9.605 graças à contribuição de variados segmentos políticos e sociais, depois de ampla discussão que envolveu durante meses entidades não-governamentais, o Congresso Nacional e o governo federal, num processo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo ministro, à época, era Gustavo Krause. A celebração dos dez anos da Lei da Natureza é um momento propício à reflexão - sobre o quanto conseguimos, enquanto sociedade, fazê-la uma lei respeitada, e sobre o que podemos fazer, ainda mais, no rumo da verdadeira cidadania ambiental.

## **JOVENS CAMPEÕES**

25/11/2007

A homenagem que prestamos aos meninos campeões da Imagine Cup 2007, em Sessão Solene na Câmara de Vereadores, foi um gesto simples que fez justiça a uma grande conquista. Uma grande conquista que certamente não foi, para estes jovens, tarefa simples.

Eles participaram de uma competição internacional que tem cerca de mil e quinhentos concorrentes, de uma centena de países, e se sagraram vitoriosos. É uma grande conquista. Maior ainda quando se trata de uma Copa do Mundo do Conhecimento, onde o que está em jogo é a

inteligência, a perseverança, e o idealismo de jovens brilhantes das mais variadas origens.

Jovens como André Furtado, Carlos Eduardo Rodrigues, Ivan Cardim e Roberto Sonnino, que trouxeram de Seul, na Coreia, uma vitória que enche de alegria os seus familiares e amigos. Uma vitória que eleva ainda mais o valor do trabalho desenvolvido pelo Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco na formação de uma talentosa mão-de-obra especializada em tecnologia. E uma vitória que engrandece o nosso presente e traz confiança ao futuro de Pernambuco.

As razões do êxito é que parecem e deveriam ser simples: família solidária e amorosa; escola de qualidade; mestres dedicados; alunos inteligentes e aplicados. Eis os alicerces da sólida formação.

Esses meninos foram campeões da Imagine Cup 2007, um evento mundial patrocinado pela Microsoft para estudantes de computação e outras áreas do conhecimento. O detalhe é que o projeto vencedor já havia sido segundo colocado em outra categoria. Isso mostra o grau de segurança dos meninos a respeito dos méritos do projeto, e nos dá uma verdadeira lição sobre a persistência que deve acompanhar a boa iniciativa.

Vale lembrar que o Centro de Informática da UFPE, assim como os campeões, já carregam um pequeno histórico de disputas finais e prêmios na Imagine Cup. Ivan e Carlos Eduardo foram campeões brasileiros e vice-campeões mundiais no ano passado. E André foi campeão mundial em 2005.

A solução vencedora apresentada este ano, pela equipe Trivent, dentro do tema Educação, foi o E-DU, um programa que auxilia a redução do analfabetismo - inclusive o analfabetismo funcional, como ressaltam os seus criadores.

Pela importância do evento, que se dá em elevadíssimo nível, e pela dimensão social de um software com esse objetivo, desenvolvido por jovens brasileiros, André, Carlos Eduardo, Ivan e Roberto deveriam ser estrelas nacionais. Fora do Brasil, a notícia do prêmio estampou as páginas dos principais periódicos, e chamou a atenção das pessoas em todo o planeta. Infelizmente no Brasil a repercussão não tem sido à altura da distinção recebida no resto do mundo. Nem sempre reconhecer o mérito e fazer justiça ao talento e à inteligência fazem parte da agenda nacional.

A satisfação de suas famílias, de seus pais e avós principalmente, ao abraçar esses meninos que despertam a admiração de Bill Gates, o maior empreendedor do conhecimento tecnológico do mundo, também é nossa, seus conterrâneos, e precisa ser estendida aos cidadãos brasileiros. E mais:

o mérito dessa conquista precisa ser enaltecido em todas as instancias do poder público, pois não é apenas o Recife nem Pernambuco, mas o Brasil que é o berço das mentes privilegiadas e dos corações sensíveis dos campeões da Imagine Cup. Os filhos de seu IB, Dona Socorro, Seu André, Dona Ana, Seu Antônio e Dona Maria José, são filhos de um país com 15 milhões de analfabetos. Um país onde a desigualdade é um abismo que separa os jovens que tiveram acesso à educação e aqueles que não tiveram esta chance.

O programa que eles fizeram, que foi consagrado pela Microsoft como uma idéia genial, agora tem que receber todos os incentivos necessários para ser aplicado. Para mudar a realidade brasileira, a realidade nordestina, a realidade pernambucana, e aproximar as nossas crianças e adolescentes de um futuro digno.

Aliás, um futuro que seja digno das idéias e dos ideais dos jovens campeões, que puderam mostrar aos brasileiros que sonhar e viver o sonho não é uma tarefa impossível.

## **A TOLERÂNCIA CONTRA A LEI**

24/08/2007

Tolerar é esperar: que ânimos sejam apaziguados, que baixe o grau de nervosismo que atrapalha as decisões. É nutrir a esperança de que problemas se resolvam pelo caminho mais fácil, e não pelo mais difícil – mas jamais é esperar o milagre de que tudo se resolva num passe de mágica, como se nada houvesse para ser feito.

A lei que regula a publicidade nas ruas do Recife é anterior à chegada de João Paulo à prefeitura. Se tivesse prestado atenção ao problema, bastava, no início do mandato, ter trabalhado para que se cumprisse a lei. Era o caminho mais simples, adequado inclusive para o novo governante: um instrumento legal que dependia da fiscalização municipal para sair do papel, fazendo do Recife uma “cidade limpa” muito antes que o prefeito Gilberto Kassab instituísse projeto com tal nome para a capital paulista.

Mas não foi o que aconteceu na atual gestão. Foi feita “vista grossa”, como admitiu o próprio prefeito em entrevista aos jornais. Como a eleição é quase daqui a um ano, “agora é a hora da ação” para o PT. Mais uma vez, ficamos à mercê do oportunismo retórico sem compromisso com a realidade.



De acordo com a lei em vigor – cujo desrespeito tem sido “tolerado” há 7 anos – é proibida a instalação de propaganda às margens de rios e canais, em praças e calçadas. Nem é preciso muito esforço para lembrar de várias placas e faixas da Prefeitura do Recife que se aproveitaram da própria tolerância do poder executivo municipal para promover suas obras e programas.

Aliás, se quisesse dar o exemplo e retirasse a propaganda oficial irregular das ruas, o prefeito faria um bem enorme à “beleza” que pretende valorizar. Outro bom exemplo seria divulgar as placas irregulares, constantes em estudo citado pelo secretário João da Costa em matéria do Jornal do Commercio. Onde estão e quais são os outdoors, toplights e backlights irregulares? O recifense tem todo o direito de saber, para poder ajudar a prefeitura a cumprir a lei.

Para o secretário, “a situação de hoje mostra um total desrespeito às regras existentes, ao bom senso e à estética”. Parece declaração de quem acaba de assumir o poder! Mas os petistas assumiram a Prefeitura do Recife, minha gente, há 7 anos! São 7 anos de tolerância – e azar do Recife, com o lixo visual amontoado em nossas vias.

O que fica é a impressão de que, sem a pressão da imprensa e o destaque nacional conquistado pelo prefeito de São Paulo, do Democratas, dificilmente a Prefeitura do Recife moveria um músculo para mudar a “situação de desrespeito” em vigor – situação da qual, repita-se, o PT não se cansa de aproveitar.

Se a “situação atual” – e a atualidade é o presente que não nasceu hoje, mas tem pelo menos 7 anos – é de “total desrespeito às regras”, como frisa o secretário da prefeitura, como o prefeito explica tão prolongada tolerância? O discurso oficial, na verdade, não está nem aí para o real. Trocar a “boa vontade”, qual monarca, pela lei, é tão natural para o petismo quanto fazer obra sem licitação pública e divulgar projetos em maquetes de computador, sem os estudos de impacto ambiental ou de vizinhança – por coincidência, pedidos em lei, como nos casos da Via Mangue, do Parque Dona Lindu e do Projeto Orla.

## SER DEMOCRATA

07/07/2007

No último dia 2, foi inaugurada na Rua Marques de Amorim, na Ilha do Leite, a nova sede do Democratas em Pernambuco, que também abrigará a sede municipal do partido no Recife. Além de bela demonstração da admiração que inspira e da capacidade de aglutinação que possui Mendonça Filho, o evento foi simbólico para os integrantes e os simpatizantes de uma sigla que se renova de dentro para fora, tendo contado com presenças ilustres de outras agremiações, além das lideranças mais expressivas de nossos quadros.

Participo com orgulho deste momento de reestruturação partidária. Desde os 15 anos na militância do Partido da Frente Liberal, hoje Democratas, fui honrada agora, aos 29, com a missão de conduzir o diretório do partido no Recife. É uma aposta que vou retribuir, como sempre, com dedicação e trabalho, a fim de aumentar ainda mais a identificação dos recifenses com o Democratas. É, também, missão cujo cumprimento estará alicerçado no exemplo dos correligionários mais experientes.

Após cumprir um importante papel no processo de redemocratização e modernização da sociedade brasileira, o antigo PFL assume a vocação que desde o início serve de norte aos seus filiados. Afinal, ser liberal também é ser democrata, e carregar esta bandeira em uma fase de crucial importância para o país é uma herança que não se atira pela janela.

Mas o que é ser democrata, para alguém que, como eu, tem a responsabilidade de dirigir um partido com este legado, numa cidade como o Recife?

Em primeiro lugar, vamos lembrar que enfrentamos o desafio de crescer como oposição. E ser democrata é fazer oposição com a responsabilidade da crítica fundamentada na realidade, e não na provocação. Como o eco de muitas vozes ainda que interpretada por uma voz solitária nem por isto menos democrática. Assim é a democracia: expressão de maiorias e de minorias, nunca a ditadura da razão única, a "unanimidade burra" detestada por Nelson Rodrigues.

Ser democrata é defender a coerência como forma de prevenir a demagogia e assegurar a lealdade partidária. A coerência, aliás, que se acha no espírito liberal cuja inspiração deve formular diretrizes e programas com

rebatimentos concretos na vida coletiva. Na tradição liberal também estão os valores éticos que ressaltam os direitos dos indivíduos, sem deixar de levar em conta os direitos de todos, em conjunto. Para o democrata, o objetivo da política é a construção solidária de espaços públicos onde os indivíduos possuam direitos e deveres harmonizados.

E por falar em harmonia, ser democrata é atuar pelo equilíbrio entre os poderes. No Brasil, isto significa atuar pela independência do Legislativo e do Judiciário diante de um Executivo hipertrofiado. É frustrante para uma alma democrata ver representantes eleitos pelo povo submetidos à mão-de-ferro de um governante que legisla e julga mais do que governa - como, aliás, é típico dos governos antidemocráticos.

Ser democrata é contribuir para um ambiente político arejado, dotado de partidos fortes, partidos com identidade. Não é por acaso que o Democratas apóia a fidelidade partidária, bem como a formação de blocos de partidos cuja coligação não soe falsa ao cidadão, às vésperas de uma eleição. O pluripartidarismo bem definido, sem borrões, é um dos pilares da democracia. Enquanto o canibalismo partidário - nas guerras geradas pela miragem do poder - constitui uma praga a ser combatida pelos ideais democráticos.

No tocante ao Democratas, é compreensão partilhada pela direção nacional, de Rodrigo Maia, e pelo presidente estadual, Mendonça Filho, de que o nosso crescimento não será perseguido com ansiedade. No tempo certo, vamos conquistando a resposta e o respeito que esperamos da sociedade.

Ser democrata, enfim, é saber que nas idas e vindas do processo político - que se destaca, porém não se resume ao ato eleitoral - o eleitor não tem dono. Porque o poder não é perpétuo, e a alternância faz bem à democracia. Mais ainda: na busca de uma maior identificação social em um continente que tende perigosamente ao populismo, ser democrata é querer ser merecedor do eleitor fiel, e não do voto de cabresto.

## A EDIFICAÇÃO VERDE

14/04/2007

A natureza ficou escassa e o futuro da vida planetária, ameaçado. Em relação à agonia da natureza, basta respirar, sentir na pele as alterações do clima, sofrer com o drama da sede, assistir ao horror da devastação das matas, das florestas tropicais e, por conseqüência, a destruição do precioso tesouro da biodiversidade.

Em relação ao futuro, a vida ameaçada deixou de ser uma profecia apocalíptica. É uma possibilidade real e menos remota do que se possa imaginar. E o que é mais grave: é obra do homem, que atende pelo nome de progresso.

A humanidade conseguiu, ao longo do século 20, alcançar êxitos formidáveis na produção da riqueza e, ao mesmo tempo, registrar enormes frustrações e reveses, medidos pelos enormes passivos de pobreza social e degradação ambiental.

De um lado, é o que revelam alguns dados muito significativos: a expectativa de vida nos países industrializados passou, em menos de um século, de 45 para 75 anos e nos países pobres de 26 para 63 anos, o produto global cresceu quase 20 vezes e o produto per capita quase cinco vezes.

De outra parte, o passivo social é assustador: a renda dos 20% da população mais rica é 74 vezes maior do que a renda dos 20% da população mais pobre, 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, 250 milhões de crianças estão submetidas aos efeitos perversos do trabalho infantil.

No contexto da urbanização na América Latina e, em especial, no Brasil, esses fenômenos assumem proporções explosivas: a população das cidades pulou de 30 milhões de habitantes para quase 500 milhões em 70 anos.

No caso das nossas cidades, o sítio urbano abriga duas cidades distintas para os que nela habitam: a dos bairros ricos e a dos bairros pobres e favelas. Elas não convivem, apenas coexistem, afetadas por problemas que extrapolam suas fronteiras.

A dimensão dos problemas, todavia, não pode impedir a ação dos gestores urbanos. Primeiro porque é no espaço local que os problemas se manifestam, segundo porque demandam soluções urgentes, terceiro porque

cabe ao poder e ao gestor local formular e executar políticas públicas, atendendo ao princípio do “pensar global e agir local”.

O passo inaugural nessa direção é entender a cidade como um ecossistema feito predominante pelo homem, em analogia com o funcionamento dos ecossistemas naturais para, em seguida, evidenciar as inter-relações entre as pessoas e o meio ambiente urbano e, dessa forma, impedir sua deterioração e promover sua conservação.

Daí, a proposta de criar o Programa de Edificação Verde.

Trata-se de iniciativa que tem por objetivo a adoção de padrões de edificações que contemplem processos de construção e tecnologias capazes de reduzir o impacto ambiental dos empreendimentos imobiliários.

É importante salientar que o conceito de edificação verde, o green building, tem sua origem na década de 70, em função da crise do petróleo.

A partir de então, a difusão do conceito legitimou-se na medida em que a noção de sustentabilidade passou a integrar as estratégias de desenvolvimento e, gradualmente, a noção de sustentabilidade foi incorporada à agenda internacional, às políticas públicas e aos processos produtivos.

Chegou às políticas urbanas brasileiras com a entrada em vigor da Lei nº 10.257 de 10/7/2001 que, no artigo 2º, I, ao definir um conjunto de diretrizes, assegura aos cidadãos “o direito a cidades sustentáveis”.

Com efeito, o Programa de Edificação Verde atende aos critérios de alto desempenho ambiental ao propor soluções, criativas e viáveis, que combinem inovação tecnológica em reciclagem de material, eficiência energética, conservação e reutilização da água.

Importante salientar que não se trata de uma utopia. É uma proposta que está ao alcance da indústria da construção civil, no exterior e no Brasil.

Hoje, existem cerca de 700 green buildings (Índia, Inglaterra e Estados Unidos, onde será concluído, em 2008, o segundo maior edifício do mundo, o “prédio verde” do Bank of América, com 366 metros de altura) e 2000 em construção só em território americano, de acordo com as normas da LEED (sigla em inglês que significa Liderança em Energia e Design Ambiental), entidade de certificação internacional.

No Brasil, há apenas um prédio concluído que segue as recomendações da LEED: o de uma agência do banco ABN Amro Real, inaugurada em Cotia, na Grande São Paulo, e mais três prédios “verdes” devem ficar prontos

ainda este ano, dois em São Paulo (o Rochaverá e o Eldorado) e um no Rio de Janeiro (o Ventura). Trata-se, no entanto, de uma tendência universal. Do lado da indústria da construção civil, torna-se indispensável a adequação do setor às novas tendências, sob pena de se tornar obsoleta e incompatível com os padrões ambientais. A experiência desmente o mito do aumento de custos da construção, confirma expressiva redução dos custos de manutenção, associada a grandes benefícios sociais e ambientais. Objetivamente, as medidas propostas no projeto de lei de minha autoria têm por finalidade a seleção de dejetos para facilitar as tarefas de coleta e destinação, a eficiência energética, a conservação e a reutilização de água, medidas que, no seu conjunto, constituem o Programa de Edificação Verde e asseguram padrões de ecoeficiência aos empreendimentos imobiliários.

## **SOB OS ESCOMBROS DO DESCASO**

03/02/2007

O enorme buraco provocado pelo desmoronamento de uma obra do metrô em São Paulo é mais um exemplo da necessidade de fiscalização, pelo poder público municipal, sobre as construções em solo urbano – desde obras de grande porte, como o metrô, até as edificações destruídas pelo tempo, inscritas na memória das pessoas e contidas no patrimônio histórico.

De volta à Rua Velha, no Centro do Recife, mais de seis meses após a tragédia que matou sete cidadãos, encontramos alguma esperança nos escombros de um desabamento político, a que me referi neste mesmo espaço, poucos dias após o ocorrido. Com a seriedade peculiar dos que defendem os cidadãos sem demagogia, o Ministério Público acaba de denunciar como “negligente” a Prefeitura do Recife, representada no indiciamento pela coordenadora da Defesa Civil, Nina Macário, e pelo diretor de Controle Urbano, Hélvio Polito. Juntamente com o proprietário do imóvel, ambos responderão na Justiça por homicídio culposo e dano ao patrimônio histórico.

A proposta de minha autoria para a criação de uma CPI do desabamento foi recusada pela Câmara de Vereadores, apesar da notória necessidade de investigação de omissões e responsabilidades, suscitada pelo trágico episódio. Enquanto o prefeito João Paulo e sua equipe insistiam na tese de que não tinham nada a ver com o ocorrido, defendi a criação da CPI na Câmara, não apenas com o intuito de fazer justiça – que agora o MP encaminha – como também para prevenir a queda de outros imóveis e a

perda de outras vidas. Após ter postergada a votação, o requerimento 1.184 que pedia a instalação da CPI foi derrotado por 14 votos a 6. Um verdadeiro desabamento político que se seguiu à tragédia da Rua Velha.

Mesmo diante dos fatos, das manchetes e do clamor popular, a bancada governista e a prefeitura reagiram com indignação, como se o pedido de instalação de uma CPI fosse a coisa mais estranha do mundo – o que acontece, como se vê, se o governo é do PT. No entanto, tratava-se então, como hoje, não de uma caça aos culpados, mas da legítima atribuição de responsabilidades – afinal, sete vítimas fatais pagaram o preço do descaso do poder público, uma vez que a Prefeitura do Recife tinha conhecimento dos riscos de desabamento um ano antes da tragédia, conforme relatado nos jornais, segundo o Instituto de Criminalística e a promotora Bettina Guedes.

A Lei Orgânica estabelece, em seu artigo 59, que a omissão ou negligência na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do município representa infração político-administrativa. Além disto, o Plano Diretor em vigor define que compete à prefeitura vistoriar as edificações e, em caso de modificação ou deterioração das condições aprovadas, aplicar as sanções cabíveis ao proprietário do imóvel (Título 2, Capítulo 3, seção 4 da Lei 15.547/91, Plano Diretor do Recife).

A Prefeitura não presta favores ao município ao cuidar – de fato, e não da boca para fora – dos prédios antigos, muitos deles ocupados por cidadãos em perigo. Os esqueletos de concreto podem a qualquer momento virar escombros do descaso de um governo municipal que não assume as obrigações e atribuições que possui perante a sociedade.

Por sua vez, nós, vereadores, frente às conclusões a que chegaram as investigações do Ministério Público, não ficamos bem na foto. O que fica, do episódio, é a impressão de um poder que não exerce plenamente sua autonomia política e institucional, mesmo quando diante dos erros do Executivo.

Se antes não enfrentamos a situação como deveríamos, resta, agora, ter humildade para refletirmos sobre os escombros do desabamento.

## **A VIOLÊNCIA E O PODER LOCAL**

04/01/2007

Dois mil e quatrocentos anos antes de Cristo, Aristóteles afirmou: “Os homens se reúnem nas cidades por causa da segurança, permanecem juntos por causa da vida boa.” Coitado do grande filósofo! Hoje, ressuscitado, voltaria desesperado para o túmulo diante da tragédia urbana em que foi transformada a cidade, esta notável herança deixada pela luminosa civilização grega.

Resta pouco da Polis. Resta quase nada de um espaço físico capaz de abrigar a complexidade das relações sociais que congregam a convivência, o encontro, a identificação simbólica dos habitantes e a participação cívica da cidadania. De fato, a vida nada tem de “boa”, a segurança da comunidade foi destruída pelas múltiplas faces da violência, o espaço público encolheu, as funções clássicas da cidade – habitar, trabalhar, circular e recrear – estão estruturalmente comprometidas.

Se é verdade que a humanidade nasceu no campo e foi morar nas cidades, é verdade também que, de modo geral, o mundo urbano perdeu seu encanto. E perdeu por conta do fenômeno da violência, efeito devastador do crescimento disforme das cidades. Nesse panorama, o quadro brasileiro é dramático e nele se insere o Recife, outrora musa dos poetas, hoje, objeto de uma crônica sangrenta.

A questão que se põe diante de uma angústia generalizada é se há solução para um problema que gerou a sociedade do medo. Decerto não há solução mágica, mas há solução, segundo atestam as boas práticas bem-sucedidas em países ricos, emergentes e pobres.

É o que se observa na Austrália, Canadá, Bélgica, França, Inglaterra, Nova Zelândia, nas cidades americanas de Fort Worth, Hartford, Denver, Boston e Nova Iorque e nos casos emblemáticos de Bogotá e Medellín, parecidas com nossas cidades. Em todos os casos, o êxito das políticas públicas de segurança preventiva e repressiva tem, em comum, além de firme decisão política, recursos adequados, articulação institucional e integração operacional, a decisiva participação do poder local, mobilizando e envolvendo a cidadania.

Em Bogotá, Antanas Mockus, considerado o prefeito “louco”, assumiu, a partir de 1995, responsabilidades em matéria de segurança e adotou iniciativas mobilizadoras, pedagógicas e projetos urbanistas em áreas críticas, combinando políticas de educação, cultura, lazer, associadas à efetiva participação da comunidade. Resultado: em uma década, o número



de homicídios foi reduzido em 75%, estando, hoje, em 17 por cada 100 mil habitantes. Em Medellín, os alarmantes indicadores de 360 homicídios por 100 mil habitantes foram reduzidos em 90%, em pouco mais de uma década, em decorrência de sucessivas administrações municipais comprometidas com o combate à violência.

No Brasil, essa questão passa ao largo dos poderes locais, como se a responsabilidade de enfrentamento dessa calamidade estivesse subsumida à competência da União e, mais diretamente, à dos Estados. Não raro, uma interpretação canhestra do artigo 144 da Constituição Federal é usada para eximir a esfera municipal.

Noutra linha, vem a calhar o que diz o Segundo Plano Municipal de Segurança de Diadema, uma experiência bem-sucedida no combate à violência: “A Prefeitura é o braço do poder público mais próximo da população e conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto. Por isso, pode solucioná-los quando ainda têm proporções reduzidas. Por outro lado, a proximidade com a população possibilita ao poder público municipal mobilizar e articular a comunidade.”

A partir das referidas experiências e da dimensão que tomou o problema da violência urbana, torna-se imprescindível a efetiva participação dos poderes locais, em especial do Executivo e Legislativo municipal. Nesse sentido, encaminharei proposição ao Exmo. Sr. prefeito com o objetivo de criar a Secretaria de Defesa Comunitária, tendo como atribuições básicas: identificar os espaços críticos na cidade, atuando em parceria com os demais poderes e com a sociedade de modo a transformá-los em espaços-modelo, promover ações educativas contra o consumo de drogas, atuar na busca e apreensão de armas e drogas ao lado das Polícias Civil e Militar, definir o universo de jovens em situação de risco social, aplicando políticas de inclusão que os afastem da delinqüência, apoiar as vítimas de violência, sobretudo mulheres, e disseminar entre elas informações sobre seus direitos, ampliar e melhorar os espaços públicos de convivência, monitorar o funcionamento de bares e casas noturnas, criar mecanismos de mediação de conflitos de vizinhança, evitando o seu agravamento, promover uma cultura de paz.

Não há mais lugar para escapismo e transferência de responsabilidade, a sociedade acuada vive o clima de guerra civil, o caminho é a firme crença na força da cooperação e na capacidade transformadora do poder local. Aliás, merece registro a louvável iniciativa do prefeito de Caruaru, Tony Gel, de implantar, pioneiramente, a Secretaria de Defesa Comunitária e

convocar para comandá-la Rodney Miranda, profissional de reconhecida competência e respeitabilidade.

## **POLÍTICA DE MÃOS LIMPAS**

19/09/2006

O pior da afirmação feita dias atrás por um grupo de artistas e intelectuais ligados ao PT não foi a repercussão concedida a uma opinião, em si, pobre. A idéia de que a política não se faz sem "sujar as mãos" está na cabeça não apenas de uma parcela desiludida da classe pensante. Efeito perverso de ondas seguidas de escândalos e de um cenário crônico de corrupção, a noção pode ser encontrada hoje na base da sociedade brasileira. Nas esquinas, nos táxis, nos botecos, nas praças. É conversa corrente no ambiente de trabalho e na residência das pessoas.

Ainda assim, a espécie de sublimação ética defendida por gente de notória influência como o ator Paulo Betti e o músico Wagner Tiso, em uma reunião de apoio à reeleição de Lula, pode ser interpretada como o resultado melancólico da esperança desfeita pela realidade. Como o torpor depois do choque.

No auge da crise do mensalão, deputados do PT choraram no plenário da Câmara, em Brasília, na exibição pública de imenso desgosto, até ali retido em privacidade. Desde o início do governo Lula, a debandada dos melhores quadros do PT se deu de maneira sistemática, silenciosa. Outros saíram atirando, como Cristovam Buarque e Heloísa Helena, adversários do presidente na disputa eleitoral em curso. No momento em que as denúncias de Roberto Jefferson (alguém se lembra dele?) sobre o caixa 2 foram confirmadas por Delúbio Soares, não foi mais possível segurar, e as lágrimas rolaram nas faces, os olhos perplexos assistindo ao sonho desmoronar.

Após a catarse e a queda da corte - quase de uma vez caíram José Dirceu, Genoíno, Delúbio e Sílvio Pereira, sem esquecer o ministro Palocci - a crise do governo e do partido foi transformada em sublimação ética, valendo-se em parte do clima de indignação popular contra os políticos que se acumula no país há alguns anos: "os fins justificam os meios", "isto sempre existiu" e "política é assim mesmo" foram e continuam sendo bordões repetidos nas hostes petistas, e ecoados na sociedade.

O fato de que esse tipo de ataque provém, via de regra, de artistas e ativistas patrocinados pelo governo federal, tão somente ratifica a sua

proposta central, resumida por Wagner Tiso: "Que me interessa a ética?", perguntou, saindo do tom dos homens sérios. Colocar as mãos na lama ou dólares na cueca é a mesma e inevitável prática, sob a ótica convertida daqueles que, uma eleição atrás, brandiam sua "pureza" como arma contra "os poderosos".

Para o PT e simpatizantes, o inferno continuam sendo os outros. A fim de minimizar a decepção dos que ficaram, atira-se no colo da própria política - do "sistema" - a culpa pelas mazelas cometidas por alguns companheiros. A pirueta ideológica é perigosa, e nega a política como bem, justificando-a como um mal necessário. É um raciocínio que, no limite, mata a política para salvar os políticos de mãos sujas.

Com todos os problemas, a democracia tem ensinado que a política não se resume ao desmoronamento de credos e mentiras sobre as cabeças de militantes fanáticos ou de cidadãos crédulos. Acima de tudo, a política é construção ética - de mulheres e homens com as mãos limpas, que não se conformam com o discurso cínico da generalização e do nivelamento por baixo.

## **O DESABAMENTO POLÍTICO**

07/07/2006

Uma oposição inconseqüente, irresponsável e demagógica faria passeata estridente até o Cais do Apolo e jogaria no colo do prefeito João Paulo os escombros, a angústia das vítimas e os cadáveres que resultaram do desabamento dos prédios da Rua Velha.

Uma oposição responsável utilizaria, como tentei utilizar, os mecanismos legais e institucionais apropriados para apurar responsabilidades de fatos que afetam o interesse da coletividade e, assim, proteger o povo, fonte da qual emanam os mandatos de todos aqueles que acreditam na democracia representativa.

Propus, então, a CPI do desabamento pelas razões que passo a enumerar. Em primeiro lugar, fui movida pelo papel político e institucional a ser desempenhado pela Câmara de Vereadores, como de resto deve ser o papel dos parlamentos que, além de fiscalizar e responsabilizar o Executivo pelos seus atos, dentro da clássica divisão dos poderes, é, também, co-partícipe do exercício de governar.

O Poder Legislativo não existe para ser instituição subserviente, criatura desfibrada, um ser invertebrado, servil, sempre pronto para atender aos caprichos do chefe do Executivo de plantão.

Em segundo lugar, o requerimento se fundamentou no compromisso básico do mandato popular em relação ao qual já me referi inúmeras vezes: sou vereadora para defender os interesses da população do Recife e, eventualmente, me alinho entre os que fazem oposição ao governo municipal.

Isto significa dizer que, embora a condição de vereadora opositora fosse suficiente para legitimar a iniciativa de propor a CPI, a razão maior que me moveu foi, e será sempre, a de exercer na plenitude o mandato de vereador.

Neste sentido, a sociedade precisa saber quem são os responsáveis pelo trágico acontecimento. Mais ainda: a sociedade precisa saber a quantas anda o nível de degradação do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade, as políticas públicas (se é que existem) voltadas para sua proteção, recuperação, requalificação e capazes de prevenir a repetição de tragédias, e, diante da emergência, o apoio ou, para usar o slogan da atual gestão, o cuidado com que serão tratadas as pessoas que perderam o teto e a fonte da sobrevivência.

Lamentavelmente, a bancada que recebe ordens da prefeitura derrotou meu requerimento, impediram a instalação da CPI e utilizaram manobra esperta, marota, de criar uma comissão composta de vereadores, uma comissão de marré-marré, para acompanhar, de mentirinha, os desdobramentos da questão.

Nada surpreendente para uma escola política cujo mestre e guia não sabe, não vê, não escuta e, na insuspeita definição de Carlos Heitor Cony, “Lula é um demagogo vulgar e só não chega a ser um tirano porque lhe faltam condições para isso (...) e deixa o País se danar”.

Para mim, o episódio não se esgota na derrota de uma iniciativa parlamentar. Vai além na medida em que deixa no sentimento do eleitor o travo da decepção, interpretado por duas indagações: para que serve um mandato de vereador? O que faz uma Câmara que se manteve, e se mantém, silente, omissa diante da agonia de uma cidade que desmorona e de cidadãos soterrados pela incúria das autoridades municipais? Antes de propor a CPI, esperei uma palavra, um gesto da bancada governista. Em vão.

Para mim, os que contribuíram para a omissão serão responsabilizados por um desabamento político que atinge a Câmara Municipal do Recife.

## **O ESPÍRITO PÚBLICO DA ARTE**

23/04/2006

Cultura é o patrimônio vivo de um povo. A vida cultural é dinâmica, muda com o tempo. Na tradição se resguardam os valores materiais e imateriais acumulados ao longo da história, possibilitando a sua transmissão entre as mais distantes gerações.

O patrimônio artístico mais nobre é aquele que, no apreço revelado pelo passado em exibição, mantém através dos anos duas características essenciais, ao mesmo tempo conferindo-lhe a forma e a justificativa pela memória que não se quer perder. São elas: a informação e a beleza - elementos que unem estética e cultura, sentimento e razão no que chamamos de obra de arte.

O Instituto Ricardo Brennand (IRB), na Várzea, é um notável exemplo de como Pernambuco se relaciona com a história cultural. E ainda: trata-se de um caso raro no Brasil, onde a iniciativa particular de um indivíduo que respira os ares da arte resolve compartilhar paixões, inquietações e deslumbramentos com a cidade em que habita. Basta olhar em volta, no País, ver a degradação instalada feito cupim em nosso patrimônio público, a história que pode ruir a qualquer momento, para se ter uma idéia da importância da filosofia que norteia a existência do Instituto.

Criado pelo cidadão que lhe dá o nome, empresário reconhecido e colecionador de fama internacional, o IRB é mais do que um espaço dedicado à preservação de tudo que se reflete no espelho da arte. É sobretudo o espaço de conexão da cidadania com as suas fontes, lugar em que o passado se apresenta e se faz presente em formas e cores vivas. Trata-se de um verdadeiro "museu de grandes novidades", como na canção popular, principalmente para aquela fatia da população que possui pouco ou nenhum acesso ao consumo cultural.

Neste sentido, o âmbito da ação do Instituto cresce na medida em que se tem por evidente a sua função social. Mais uma vez, retoma-se a tradição, com um componente esquecido da educação básica: a educação artística. No país do ensino desvalorizado, oportunidades de aprendizado que incluem a visita a lugares e épocas distantes são momentos que ficam

marcados na mente de qualquer pessoa, sobretudo dos mais jovens. Não duvido que o IRB já tenha sido o primeiro contato de muitas de nossas crianças e adolescentes com o mundo dos estetas, o ambiente curioso e diferente da arte.

Mais conhecido do grande público por suas coleções de armas brancas, esculturas e tapeçarias, que vêm desde o século XVI, e por suas exposições, como a de Albert Eckhout, onde vimos Pernambuco sob o olhar do colonizador holandês, o Instituto Ricardo Brennand tem como finalidade a difusão, apoio e patrocínio de atividades culturais variadas, que incluem iniciativas filantrópicas, sociais e educativas. Suas instalações, entre elas a réplica de um castelo, uma pinacoteca e uma biblioteca cheia de obras raras, estão entre as mais modernas do Brasil, possibilitando ao Recife participar do roteiro restrito de grandes exposições globais.

O reconhecimento da população é uma realidade. Caravanas de estudantes e professores, turistas e amantes da arte peregrinam pelos corredores do IRB todos os dias. Faltava o reconhecimento formal do município, através de instrumento legal que permitisse ao poder público sinalizar o acerto do empreendimento voltado para a coletividade, cuja consequência será o incentivo a projetos afins.

Com este propósito, submeti à Câmara projeto de lei que estabelece o Instituto Ricardo Brennand como entidade de Utilidade Pública. Na prática, coloca-se no papel o espírito de democratização da paixão pela arte espírito típico das mentalidades abertas, com que começamos a nos acostumar muito mais, concretamente, após a fundação do Instituto.

## **A REVOLUCIONÁRIA**

02/02/2006

Desde os primórdios da civilização ocidental, a mulher ocupa uma posição subalterna ou coadjuvante na condução do destino coletivo. Basta olhar a narração histórica e a herança cultural dos povos para ver como história e cultura têm sido dominadas pelo gênero masculino.

Na Grécia Antiga, escravos, estrangeiros e mulheres não eram considerados cidadãos: apenas os homens livres ostentavam essa condição. Ainda na Grécia, mas também em Roma e na Índia, o direito antigo, intimamente ligado à crença religiosa, privilegiava os filhos em relação às filhas, a tal ponto que a mulher, para ser herdeira de seu pai, podia ser obrigada a se casar e lhe dar um neto, somente assim usufruindo a sua parte na herança.

Na formação da América Latina, capitaneada por portugueses e espanhóis, observamos igualmente o predomínio de uma cultura masculina, cujo acento elevou a uma cultura verdadeiramente machista. Todo o imaginário libertário e revolucionário do continente se baseia em estereótipos masculinos, ideais masculinos, e tem como mártires e ídolos da utopia, em geral, personagens masculinos.

O “machão latino-americano”, antes de virar clichê no cinema e na TV, fincou raízes simbólicas em nossa mentalidade, a partir de um legado que veio de além-mar e encontrou por aqui o solo propício, nas terras de uma família patriarcal, de sociedades patriarcais elaboradas desde a relação das colônias com as famílias reais e suas cortes patriarcais.

Neste contexto de milênios em nossas costas, que desaguaram nos séculos após a colonização ibérica, é com satisfação e esperança que assistimos a chegada ao poder de uma mulher na vizinhança. A chilena Michelle Bachelet exibe uma responsabilidade histórica. Como presidente eleita num país sul-americano, ela poderá dar partida em um novo processo político que transforme de vez os paradigmas de um continente surgido e guiado, até agora, pelos homens.

Que não se tome isso como mera reivindicação de gênero, sem maiores motivações do que o regozijo pela vitória na banal disputa masculina pelo poder. Visto que até essa disputa, o método e as maneiras que a caracterizam, são típicos do comportamento do homem - do ser humano masculino - e se inscrevem no rastro histórico de domínio masculino da política.

Sem contar aquelas que foram alçadas à política por parentesco - como Evita e Isabelita Perón, na Argentina, Corazón Aquino, nas Filipinas, e Violeta Chamorro, na Nicarágua - é possível enxergar na ascensão de Michelle Bachelet o primeiro passo de uma nova estrada, cujo marco zero se dá num país onde tudo se arrumava para que tal acontecesse.

O Chile de Bachelet já vinha aos poucos se acostumando com o poder feminino: um quarto do ministério do ex-presidente era composto de mulheres, e a prévia da coligação que a elegeu foi travada entre ela e outra mulher. Para uma tradição político-partidária como a latina, trata-se de um nítido marco histórico.

Com a chegada de Michelle Bachelet ao poder, uma coisa é certa: a esperança está aberta, e mais do que nunca, sem falsas promessas, vislumbramos no horizonte político latino-americano algo diferente do que o hábito nos faz ver.

Será que os demais presidentes do continente - e o povo dos demais países - irão notar a diferença? Esperemos que sim. Sob a ótica dos paradigmas tradicionais, Bachelet é uma revolucionária.

Boa sorte e bom trabalho, presidente.

## **A PRAÇA PEDE SOCORRO**

09/12/2005

A Praça Barão do Rio Branco, localizada no Marco Zero do Recife, é um dos mais belos e significativos espaços públicos da cidade do Recife. Situada à beira do Atlântico, a praça contempla horizontes infinitos e, do mar, recebe gente, brisa e o carinho das ondas, amansadas pela generosa engenharia dos corais em muralhas.

Berço do Recife, a praça parece embalar, com jeito de mãe, a cidade anfíbia, ao som da sinfonia das águas. A beleza, em grande parte, é obra da natureza; seu significado é obra da cultura. Sua permanência é um imperativo para os que sabem que cuidar das pessoas é também cuidar de sua história e de sua cultura.

O espaço bem que merecia roupa de festa. E lhe foi dada paramento à altura, na virada do milênio, com o que de melhor oferece a arte pernambucana: a pintura de Cícero Dias, refletindo no chão o céu dos navegadores, e a escultura de Brennand, exposta ao mundo no atelier dos arrecifes.

Nenhuma cidade possui tamanho privilégio que lhe concede, aomesmo instante, a criação dos homens e a estética da natureza. Mas assim como se destrói em pouco tempo o que levou milênios para se ajustar ao mundo natural, é possível à insensatez ou à falta de lucidez permitir que se ponha abaixo uma das mais belas criações artísticas que já foi dedicada ao povo pernambucano.

É triste constatar que, infelizmente, a Praça virou ruínas. Assistimos, sem exagero, à dilapidação escancarada de um equipamento urbano que daria inveja a qualquer europeu. A nossa Praça, com os "desenhos siderais" de Cícero Dias, é vítima dos maus tratos da insensibilidade. Nada serve para explicar o descaso com um bem de uso e propriedade do povo. A Praça carece de manutenção apropriada, e é utilizada de forma inadequada,



melhor dizendo, incivilizada, justamente por aqueles que deveriam dar o exemplo de respeito ao patrimônio público - cujo valor se redobra, como patrimônio artístico e cultural.

Com o objetivo de estancar o processo de degradação, cuja responsabilidade recai sobre a Prefeitura, apresentei Projeto de Lei que restabelece a Praça ao seu desígnio original, e busca atender a um inequívoco chamado de socorro.

Trata-se de uma medida simples, lógica e sem nenhum prejuízo aos eventos que costumeiramente são realizados no local - até porque, antes do projeto Eu vi o mundo..., todas as celebrações ali efetuadas se davam normalmente nas ruas e esquinas próximas a Praça, e não lá dentro.

A proposta é a de utilização adequada para aquele logradouro que é espaço público e obra artística; que é lugar de convivência e contemplação, mas que não pode sofrer a agressão brutal da montagem dos eventos. Os efeitos deletérios deixam suas marcas no chão do presente e no céu imemorial, quando arruinam o painel de Cícero e legam para a posteridade a péssima imagem de que a atual gestão do Recife - e os recifenses, por extensão - são responsáveis por tal desconsideração.

São apenas dois pequenos artigos, que proíbem o uso da Praça do Marco Zero, como é conhecida, para fins outros que não o de circulação de pessoas, e tornam obrigatória a montagem das toneladas de equipamentos, palcos e caminhões nas ruas e avenidas adjacentes, livrando a Rosa dos Ventos e seus pigmentos da carga pesada dos shows e pirotecnias municipais.

E por falar no prefeito, aproveito para fazer um apelo ao nosso edil. Com o período natalino e os grandes espetáculos de janeiro logo à frente, não é preciso que o Executivo aguarde a votação do projeto na Câmara, o que só deve ocorrer no ano que vem. Prefeito, rogo-lhe que atenda ao pedido da Praça que grita por socorro - enquanto há tempo e beleza, praça e arte no chão, cultura e história emolduradas pelo mar e pelo céu.

## **POLÍTICA E AFETO**

07/08/2005

Defender a política é como pregar no deserto ou remar contra a maré de lama que inunda o país e contamina de inédita descrença cívica o cidadão brasileiro; defender o afeto nas relações humanas quando, em cada esquina,

a violência espreita pessoas pacíficas mais parece um ingênuo quixotismo de jovem idealista; defender a prática da política com afeto, então, se assemelha a um delírio de quem acredita em Papai Noel.

Pois bem, não só defendo como acredito na política, o único caminho capaz de fazer avançar e aperfeiçoar a convivência humana. Vou mais adiante e reitero a crença de que afeto e política devem estar unidos de modo a enfrentar os desafios de todas as formas de exclusão social e todas as manifestações de desamor em relação às pessoas, aos seres vivos e ao meio ambiente.

Política com afeto é a política do Século XXI, século em que “tudo que é sólido desmancha no ar” ou se liquefaz e toma as formas de egoísmo, indiferença e negação do outro.

Se me perguntassem qual a avaliação que faço dos seis primeiros meses de atuação na Câmara de Vereadores do Recife, responderia, sinteticamente, dizendo que foi o reforço destas convicções e a possibilidade de transformá-las em ação concreta.

Sem a obrigação das reuniões plenárias e das comissões temáticas, aproveitei o recesso parlamentar de julho para me dedicar a três trabalhos: estudar, conceitualmente, o Plano Diretor como instrumento de planejamento das cidades e, em especial, analisar os documentos disponíveis sobre o Plano Diretor da cidade do Recife; executar um programa de reuniões e visitas às comunidades para prestar contas do que pude fazer, ouvir demandas e receber sugestões o que culminará com um evento a ser realizado na Câmara no mês de agosto; e verificar o grau de execução de políticas públicas relativamente à questão da prevenção do uso drogas nas escolas e o efetivo cumprimento da legislação vigente no que diz respeito ao atendimento dos idosos nos ônibus e nos bancos.

No caso da prevenção das drogas nas escolas, mantive contato e reuniões com autoridades judiciárias, policiais (civil e militar), com equipes da área de saúde (Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação de Alcoolismo - CPTRA e visita ao Centro Eulâmpio Cordeiro); fiz meia dúzia de viagens de ônibus para avaliar o tratamento aos idosos nos transportes coletivos; finalmente, visitei quatro instituições bancárias para verificar a efetiva aplicação da lei das filas em relação aos consumidores e ao tratamento preferencial aos idosos.

Seguem algumas constatações.

Primeiro, as pessoas que lidam com a questão da droga, via de regra, revelaram sensibilidade e compromisso com o trabalho a que se dedicam; formam uma burocracia diferente, disposta a ouvir, a atender, a entender, a agir e enfrentam sérias limitações de recursos materiais, humanos, precisando, portanto, de apoio político e administrativo.

Segundo, nos quatro bancos que visitei, junto com representantes do PROCON-Recife e do Sindicato dos Bancários, apenas a agência da Caixa Econômica cumpre as exigências legais em relação aos idosos. No entanto, é importante ressaltar que os dirigentes das outras organizações (que não revelarei os nomes até porque o objetivo da ação política é, em princípio, pedagógica) se mostraram receptivos e dispostos a corrigir problemas e superar dificuldades relativas à aplicação da lei.

Terceiro, nos coletivos me deparei com um tratamento inadequado como regra, seja por conta da falta de orientação das empresas, seja por conta da ausência de uma cultura de respeito aos idosos.

Em síntese, pude perceber que o exercício do mandato de vereador é menos sujeito ao descolamento do poder político do mundo real e do cotidiano dos cidadãos; de outra parte, mostra, a todo o momento, que o sentido da política é a valorização das múltiplas dimensões do ser humano (liberdade, sentimentos, emoções, a busca do reconhecimento, do aperfeiçoamento e da realização individual e coletiva); por fim, ensina que a política se faz com a cabeça, mas não se faz só com a cabeça, tem muito de coração e afeto que, quando se juntam, atendem as necessidades básicas e verdadeiras das pessoas.

## **A REFORMA QUE DEFORMA**

04/06/2005

Depois de quatro anos e meio de gestão, o prefeito da Cidade do Recife percebeu que estava manejando uma organização inspirada no modelo neoliberal (sic). É o que está dito na exposição de motivos que encaminha o projeto de reforma administrativa à Câmara Municipal: "É inegável que a crise social e econômica causada pelo modelo neoliberal impõe a reforma do modelo de Estado historicamente construído."

O surrado clichê político é secundado por um conjunto de babozeiras que, apenas, reforça a convicção dos vereadores (e aí não há distinção entre vereadores da oposição ou situação) que a "reforma" deforma princípios e conceitos norteadores da política e da ação administrativa.

A dita reforma é um ato de desrespeito do Executivo ao Poder Legislativo Municipal e aos cidadãos porque fere um princípio inafastável da democracia que é a transparência. É da natureza do poder democrático que ele seja visível, sem mistérios e sem segredos; que os atos dele decorrentes sejam do domínio público, o oposto do oculto e do escondido; que suas ações sejam, portanto, objeto de controle social.

Mais grave é que este desrespeito ocorra na esfera do governo municipal. A descentralização do poder é a pedra de toque do argumento dos que acreditam na excelência da democracia representativa por conta da proximidade governo municipal com o cidadão que "pode colocar os próprios olhos nos negócios que lhe dizem respeito e de deixar o mínimo espaço ao poder invisível".

O prefeito, ao tentar arrancar um cheque em branco da Câmara, oferece ao distinto público que paga as contas uma caixa-preta para, dentro dela, operar as mudanças que bem entender. O projeto é opaco.

É muito simples demonstrar transparência: basta responder as perguntas que os vereadores e as torcidas do Náutico, Sport e Santa Cruz desejam saber: em que áreas haverá cortes e quais os contratos serão cancelados?; quais os serviços terceirizados que serão absorvidos pela PCR?; em que secretarias as 100 funções gratificadas e os 100 cargos serão alocados?; qual o valor da redução dos gastos que a reforma vai proporcionar ao erário municipal? Uma coisa é certa os gastos com a "reforma" chegam a 750 mil reais/mês e quase 10 milhões/ano.

Caso estas questões não sejam claramente respondidas (como não têm sido os pedidos de informação da Câmara em várias matérias), estou legitimada para denunciar o seguinte: primeiro, o aumento do número de cargos comissionados e funções gratificadas obedece ao modelo do governo federal que é o de aparelhar o Estado com petistas de carteirinha e aliados dos governos de plantão o que vem prejudicando a eficiência e enlameando a ética (700 "empregos" com remuneração média de mil reais a critério de Sua Excelência o Prefeito); segundo, a "reforma" é um estratagema para assegurar aumentos substanciais aos que ocupam o andar de cima da administração em prejuízo da massa de funcionários que têm sido tratados a pão dormido e água suja (aumento do funcionalismo de 1% em 2004, 0% em 2005 e ameaça de aumento da contribuição previdenciária); terceiro, acriação da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental é, a um só tempo, uma monstruosidade gerencial porque junta no mesmo saco funções

de planejamento e atribuições executivas e um escárnio político porque cria um super-secretário e, por conseqüência, sub-secretários (isto sem falar no surto megalomaniaco que levou a propor a criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Relações Internacionais).

De outra parte, entendo que a Câmara não pode se curvar diante de tão flagrante desrespeito sob pena de ser percebida como uma instituição invertebrada diante do poder avassalador e, cada vez, mais despótico do Executivo.

E, mais do que isto, acredito que não se curvará. Acredito que cumprirá o papel político e institucional de debater, questionar, propor, aprimorar os projetos do executivo. O pouco tempo de Câmara me autoriza a pensar desta maneira: há uma firme disposição dos companheiros em se unir quando está em jogo a credibilidade da Casa.

Porque acredito que se possa aperfeiçoar o projeto e adequá-lo aos interesses mais permanentes, apresentarei várias emendas e, dentro delas, destaco uma que me parece da maior importância para a valorização do servidor municipal e de consolidação de uma burocracia competente e estável que é a de destinar 50% dos cargos comissionados para servidores do Município.

## **O RECESSO NAS CÂMARAS**

27/03/2005

A diminuição do recesso na Câmara de Vereadores do Recife para apenas um período anual - de 22 de dezembro a 31 de janeiro - será avaliada pela Comissão Especial que tratará da reforma da Lei Orgânica do Município. Atualmente, o recesso se dá em dois períodos: de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, e de 30 de junho a 1 de agosto. Como membro da referida Comissão, continuarei defendendo a sugestão que fiz no meu primeiro discurso como vereadora, no mês passado.

A redução do recesso, com a incorporação definitiva do mês de julho ao período de trabalho anual, é uma medida solicitada pela sociedade. Sua adoção recairá positivamente sobre a imagem de cada um dos representantes eleitos e de toda a instituição parlamentar.

Vi com satisfação que a Câmara de Jaboatão dos Guararapes incorporou à Lei Orgânica do Município proposta idêntica. No caso da Capital, o tema está devidamente inserido na reforma mais ampla da nossa Lei Orgânica.

Sua adoção tem um efeito prático: evita as convocações extraordinárias e seus elevados custos. E tem uma dimensão ética: coloca em pé de igualdade o vereador e o trabalhador que tem direito a 30 dias de férias. É ocioso, a propósito, o argumento de que recesso não é férias. Trata-se de um jogo de palavras que não altera a percepção da sociedade.

Desta forma, as convocações extraordinárias do Legislativo pelo Executivo empobrecem o erário e a imagem dos políticos brasileiros perante a opinião pública, e por isso devem voltar a obedecer ao adjetivo que as nomeia - até porque, realizadas como regra e não como exceção, passam a receber a ambigüidade do termo “ordinárias” segundo a visão popular: convocações não apenas freqüentes, mas grosseiras.

E na verdade, considera-se comumente de mau gosto, uma descortesia para com o restante da população economicamente ativa (e moralmente atenta), a repetição das convocações extraordinárias que geram salários extras para os parlamentares.

Por outro lado, a credibilidade da representação democrática está em jogo no momento em que põe o confronto indevido e indesejável entre representantes e representados. Se existe uma diferença legal entre ambos, isso não pode ser traduzido como uma diferença moral, como se a eleição garantisse não só a autoridade provisória, e visasse ao exercício de um poder sem limites nem constrangimentos.

Em um ambiente democrático, onde as leis são respeitadas e podem ser alteradas de acordo com a vontade da maioria, vigora um equilíbrio entre as partes que fazem o pacto político. O rompimento desse equilíbrio, acarretado por fatos ou situações prolongadas no tempo que são vistos como abusos de poder, ameaça a existência do pacto que permite o funcionamento da democracia.

Neste contexto, a redução do recesso parlamentar conta com o apoio de ampla maioria da sociedade, e deve ser adotada em todas as cidades.

Tenho a certeza de que os vereadores do Recife acatarão a demanda da sociedade, e a proposta de adequação do recesso à realidade nacional será levada em consideração durante o debate da nova Lei Orgânica, sendo assim imediatamente aprovada, de acordo com os trâmites legais.